



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 201, DE 2026

Requer informações ao Senhor Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre o risco de desabastecimento nacional de óleo diesel, dos impactos econômicos e inflacionários decorrentes da escalada recente de preços dos combustíveis, bem como sobre a efetividade das medidas emergenciais adotadas pelo Governo Federal.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira, informações acerca do risco de desabastecimento nacional de óleo diesel, dos impactos econômicos e inflacionários decorrentes da escalada recente de preços dos combustíveis, bem como sobre a efetividade das medidas emergenciais adotadas pelo Governo Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira, informações acerca do risco de desabastecimento nacional de óleo diesel, dos impactos econômicos e inflacionários decorrentes da escalada recente de preços dos combustíveis, bem como sobre a efetividade das medidas emergenciais adotadas pelo Governo Federal.

Nesses termos, requisita-se:

I. Risco de desabastecimento e paralisação logística

1. Informar se o Ministério identifica risco concreto de desabastecimento de óleo diesel em qualquer região do País nos próximos meses.

2. Informar qual o nível atual dos estoques estratégicos e operacionais de diesel, discriminado por região.

3. Informar qual o número de dias de cobertura do consumo nacional garantido pelos estoques existentes.

4. Informar se o Governo Federal possui plano emergencial para evitar paralisações logísticas decorrentes de eventual escassez de diesel.

5. Informar quais cenários de risco foram modelados quanto à interrupção do transporte rodoviário de cargas.

II. Episódios recentes e vulnerabilidade regional

1. Detalhar as causas técnicas e logísticas dos episódios recentes de limitação de venda, formação de filas e elevação abrupta de preços de diesel na Região Sul.

2. Informar se tais episódios decorreram de falhas em:

a. planejamento de importações;

b. logística de distribuição;

c. operação de refinarias;

d. transporte ferroviário ou portuário;

e. formação de estoques.

3. Informar se há risco de repetição desses episódios em outras regiões.

III. Dependência externa e guerra internacional

1. Informar o volume de diesel importado pelo Brasil nos anos de 2023, 2024, 2025 e até a presente data de 2026.

2. Informar a projeção de dependência externa para os próximos 12 meses.

3. Informar quais análises de risco foram realizadas sobre impactos de conflitos internacionais e tensões geopolíticas no abastecimento nacional.

4. Informar se houve aumento relevante de custos de frete marítimo, seguros ou dificuldades contratuais para importação.

IV. Impactos inflacionários e no custo de alimentos

1. Informar se o Ministério possui estimativas sobre o impacto do aumento do diesel:

- a. no custo do frete;
- b. nos preços de alimentos;
- c. na produção agrícola;
- d. na competitividade das exportações;
- e. no transporte público.

2. Informar se há estudos sobre eventual risco de inflação disseminada decorrente do setor energético.

3. Informar se existe coordenação institucional com o Ministério da Fazenda e o Banco Central sobre esses riscos.

V. Capacidade de refino e planejamento estrutural

1. Informar a capacidade atual de produção nacional de diesel e o nível médio de utilização das refinarias.

2. Informar quais investimentos estão previstos para redução da dependência externa.

3. Informar se há cronograma de ampliação ou entrada em operação de novas unidades de refino.

VI. Medidas emergenciais recentes

1. Informar quais estudos técnicos fundamentaram a edição da Medida Provisória nº 1.340, de 2026.

2. Informar qual o impacto fiscal estimado das medidas adotadas.

3. Informar a projeção de renúncia de receita decorrente da redução a zero das alíquotas de PIS/Pasep e Cofins sobre o óleo diesel, conforme estabelecido pelo Decreto nº 12.875, de 2026.

4. Informar quais mecanismos garantirão o efetivo repasse da desoneração ao consumidor final.

5. Informar quais medidas de transparência e fiscalização previstas no Decreto nº 12.876, de 2026, já foram implementadas.

6. Informar se já houve abertura de procedimentos administrativos relacionados a preços abusivos ou retenção de estoques.

7. Informar se o Governo Federal avalia novas medidas emergenciais caso persista a volatilidade internacional.

JUSTIFICAÇÃO

A escalada recente dos preços dos combustíveis, somada a episódios de instabilidade no abastecimento de óleo diesel em regiões estratégicas do

País, acende alerta relevante quanto à segurança energética nacional e ao funcionamento regular da cadeia logística brasileira.

O diesel constitui insumo essencial para o transporte de cargas, para a produção agrícola e para o abastecimento urbano, de modo que eventuais rupturas ou encarecimento significativo de sua oferta possuem potencial de gerar efeitos inflacionários amplos, especialmente sobre o custo de alimentos e bens essenciais, com impactos diretos sobre o poder de compra da população.

A conjuntura internacional marcada por conflitos armados, tensões geopolíticas e volatilidade no mercado global de energia amplia os riscos associados à importação de combustíveis, em um contexto no qual o Brasil ainda apresenta dependência relevante de diesel importado.

A edição recente da Medida Provisória nº 1.340, de 2026, bem como dos Decretos nº 12.875 e nº 12.876, ambos de 2026, revela a percepção de urgência por parte do Poder Executivo diante do cenário de elevação de preços e dos riscos econômicos e logísticos associados ao setor. Medidas de natureza tributária e regulatória adotadas em caráter emergencial demandam acompanhamento rigoroso quanto à sua efetividade, sustentabilidade fiscal e capacidade de prevenir crises de abastecimento.

Diante da centralidade do tema para a estabilidade econômica, para o controle inflacionário e para a segurança do abastecimento nacional, torna-se imprescindível o pleno exercício da função fiscalizatória do Senado Federal, a fim de assegurar transparência, planejamento e respostas estruturais por parte do Poder Executivo.

Sala das Sessões, 13 de março de 2026.

Senadora Damares Alves